



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE ALVORADA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Câmara Municipal de Alvorada
Gestão 2017/2018**

AUTORIZAÇÃO ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal de Alvorada, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e processo licitatório, para "seleção de melhor proposta" na modalidade exigida pela legislação vigente.

CONSIDERANDO que, justificadamente, solicita autorização para **AQUISIÇÃO DE 4.100 (quatro e cem) LITROS DE COMBUSTÍVEL PARA O ABASTECIMENTO DO VEÍCULO DESTA CÂMARA MUNICIPAL, NO EXERCÍCIO/2017;** PARA-SE, dando ciência.

CONSIDERANDO que a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, constitui a legislação básica sobre licitações para a Administração Pública, ratificando o que determina a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI;

CONSIDERANDO que há disponibilidade Orçamentária e Financeira, para custear a despesa decorrente da referida contratação, conforme Certidões anexadas ao processo;

CONSIDERANDO, ainda que o procedimento de licitação objetiva permitir que a Administração contrate aqueles que reúnam as condições necessárias para o atendimento do interesse público, levando-se em conta aspectos relacionados à capacidade técnica e econômico-financeira do licitante, à qualidade dos serviços e ao valor do objeto;

CONSIDERANDO, portanto, que a licitação objetiva garantir observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao Certame do maior número possível de concorrentes;



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE ALVORADA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Câmara Municipal de Alvorada
Gestão 2017/2018



Resolve:

AUTORIZAR o Setor de Licitações a viabilizar as devidas providências, necessárias para abertura de Processo Licitatório, para "seleção de melhor proposta" na modalidade exigida pela legislação vigente.

ENCAMINHE-SE ao Setor de Licitações para providências imediatas.
CUMPRA-SE, dando ciência.

CONSIDERANDO que a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, constitui a legislação básica sobre licitações para a Administração Pública, Alvorada – TO, 11 de maio/2017
Constituição Federal, art. 37, inciso XXI;

CONSIDERANDO que há disponibilidade Orçamentária e Financeira, para custear a despesa decorrente da referida contratação, conforme Certidão anexada ao processo;

CONSIDERA **ADOMILTON LEÃO COSTA** Presidente do Setor de Licitação objetiva porque que a Administração contrate apenas sob as condições necessárias para o atendimento do interesse público, levando-se em conta aspectos relacionados à capacidade técnica e econômico-financeira do licitante, à qualidade dos serviços e ao valor do objeto;

CONSIDERANDO, portanto, que a licitação objetiva garantir observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao Certame do maior número possível de concorrentes.